

MATERIALISMO HISTÓRICO

uma introdução



Conselho Editorial da Editora Livraria da Física

Amílcar Pinto Martins - Universidade Aberta de Portugal

Arthur Belford Powell - Rutgers University, Newark, USA

Carlos Aldemir Farias da Silva - Universidade Federal do Pará

Emmánuel Lizcano Fernandes - UNED, Madri

Iran Abreu Mendes - Universidade Federal do Pará

José D'Assunção Barros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luis Radford - Universidade Laurentienne, Canadá

Manoel de Campos Almeida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Maria Aparecida Viggiani Bicudo - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro

Maria da Conceição Xavier de Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria do Socorro de Sousa - Universidade Federal do Ceará

Maria Luisa Oliveras - Universidade de Granada, Espanha

Maria Marly de Oliveira - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Raquel Gonçalves-Maia - Universidade de Lisboa

Teresa Vergani - Universidade Aberta de Portugal

Santiago Marimbondo

MATERIALISMO HISTÓRICO

uma introdução

Série | Saber
& Crítica 6



2025

Copyright © Santiago Marimbondo
1ª Edição

Direção editorial: Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

Capa: Fabrício Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marimbondo, Santiago
Materialismo histórico: uma introdução / Santiago Marimbondo. – São Paulo:
LF Editorial, 2025. – (Série saber & crítica; 6)

Bibliografia
ISBN 978-65-5563-612-3

1. Marx, Karl, 1818-1883 2. Materialismo histórico 3. Socialismo I. Título. II. Série.

25-279444

CDD-320.53109

Índices para catálogo sistemático:

1. Socialismo: Ciências políticas: História 320.53109

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9580

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.

Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107
da Lei N° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br
www.lfeditorial.com.br

Sumário

Materialismo histórico, a história de um conceito	7
Algumas questões teóricas fundamentais do materialismo histórico	23
‘O Capital’ e o materialismo histórico	49
Materialismo histórico e revolução socialista	63
Conclusão: materialismo histórico e os desafios do presente	83
Bibliografia	90
Sobre o Autor	93



Materialismo histórico, a história de um conceito

Introdução

Não há exagero algum em afirmar que o materialismo histórico, a concepção materialista da história, formulada de forma conjunta por Karl Marx e Friedrich Engels (ainda que o primeiro tenha tido papel mais destacado no trabalho comum de ambos, como reconhecido pelo próprio Engels) é uma das teorias mais influentes dos últimos dois séculos, a nível mundial. Mesmo os críticos do marxismo – a partir de diferentes pontos de vista teóricos e posições de classe – não podem deixar de reconhecer a enorme influência das ideias dos dois revolucionários alemães sobre o mundo contemporâneo.

É impossível buscar compreender os conflitos e contradições, os extremos, vividos durante o “*breve século XX*” (na expressão de um importante historiador) sem ter claro o papel que a concepção materialista da história e os atores históricos que nela se referenciaram jogaram para moldar e definir a paisagem política e ideológica que se configurou nesse período.

Se a queda do muro de Berlim e o naquele momento propagado “*fim da história*” levaram a uma relativa perda de influência por um momento desse corpo de ideias, as crises e contradições cada vez mais agudas, em diferentes âmbitos das relações sociais, que vivemos, com a grande crise capitalista que estourou no começo do século, e o novo ascenso da luta de classes que teve

como marco inicial a primavera árabe, voltam a colocar no horizonte “*o espectro do comunismo*”, ainda que por hora, dada a falta de uma direção mais organizada, as lutas das classes e grupos subalternos, o proletariado a frente, ainda se deem de forma desarticulada e espasmódica.

Apenas esses fatores já mais que justificariam um renovado interesse e a necessidade de um debate aprofundado sobre o significado do materialismo histórico, sobre que sentido se dá à compreensão da concepção materialista da história. Se adenda a isso que as múltiplas contradições que vivemos no presente colocam a necessidade premente de que decifremos as esfinges que se levantam, para não correremos o risco cada vez mais evidente de que sejamos devorados.

Compreender os desafios e contradições que se colocam quando pensamos as consequências do advento de novas tecnologias como internet, robótica, inteligência artificial; a mudança nas relações entre os estados e no interior das próprias unidades estatais no novo período em que vivemos, no qual a identificação do “povo” com suas instituições cada vez mais perde seu sentido imediato, na medida que todos os estados, mesmo os do centro capitalista/imperialista, se tornam sociedades multiétnicas/raciais; a crise mesmo das antigas identidades dentro da esquerda, onde grupos que tinham ficado secundarizados (quando muito) em suas lutas, pela deformação ideológica e estratégica que significou o stalinismo para as lutas dos subalternos, reivindicam o seu reconhecimento como sujeitos concretos na luta pela emancipação social (como os negros, as mulheres, os lgbtqi+, os povos oprimidos, etc); assim, se faz fundamental para que pensemos as possibilidades de uma saída progressiva para a encruzilhada histórica em que nos encontramos.

E para compreender esses desafios, como base teórica chave para que possamos construir uma práxis transformadora, certamente entender o que é o materialismo histórico, o significado da concepção materialista da história, é algo de suma importância.

Quando surgiu o conceito?

Quando buscamos discutir a concepção materialista da história, o materialismo histórico, algo que devemos ter presente é que Karl Marx, seu grande formulador, nunca utilizou essas palavras para caracterizar a nova visão de mundo que estava se gestando. O revolucionário alemão não se ocupou de uma obra sistemática sobre essa nova concepção teórica que estava formulando. O que mais perto chegou de fazê-lo foram os manuscritos fragmentários, escritos junto a Engels na metade da década de 1840, publicados postumamente sob o título de *'Ideologia Alemã'*.

Caberá ao segundo dos fundadores da nova concepção a busca por sistematizar numa visão de mundo relativamente coerente o trabalho comum de ambos, em obras como *'Anti-Dühring'* e *'Ludwig Feurbach e o fim da filosofia clássica alemã'*. Contudo, Engels não era Marx, e essas sistematizações, apesar de extremamente importantes tem algumas lacunas não indiferentes (e com isso de forma alguma o autor se coloca ao lado da moda acadêmica, tão difundida, de desvalorizar o trabalho de Engels, na maioria das vezes como forma escusa de atacar o marxismo de conjunto. Apenas se reconhece o óbvio, algo reconhecido pelo próprio Engels, de que ele era um autor de uma estatura menos aguda daquela de um gênio como Marx).

O fato de Marx não usar a expressão materialismo histórico para caracterizar sua construção teórica, contudo, em nada exclui

que exista essa teoria das formas de compreensão da história em sua obra ou que o termo seja equivocado. O papel daqueles que buscam debater essa questão, como numa introdução como essa se pretende fazer, é mostrar que na obra do autor se expressa uma visão coerente e sistemática (o que em nada significa que a obra de Marx se constitua como um sistema, como nas metafísicas que lhe precederam) e indicar os momentos onde essa sistematicidade e coerência se manifestam.

A busca, nesse sentido, por relacionar a nova concepção de mundo que se está formulando com o contexto histórico onde ela se erige (o processo de luta pela unificação alemã, do surgimento de um movimento operário independente no continente europeu, os momentos finais da luta da nova sociedade que se está desenvolvendo contra os resquícios do antigo regime, a conquista pelo capitalismo do mercado mundial, etc), com os debates ideológicos que são parte do presente e do contexto cultural de formação dos autores, o desenvolvimento da obra de Marx, etc, são partes constitutivas de se introduzir à problemática da concepção materialista da história e de seu significado.

Por evidente, um trabalho introdutório como esse não busca abarcar todas as questões que possam surgir a partir de temática tão extensa, rica e profunda quanto essa. Os debates sobre esse problema têm já mais de 150 anos, envolveram diversos autores e correntes de pensamento, tanto que se reivindicavam fortemente marxistas quanto críticos ferozes de qualquer possibilidade de uma concepção materialista da história.

O que se propõe aqui é uma introdução que permita a trabalhadores e estudantes interessados no assunto uma proposta para que se iniciem debates, que ao mesmo tempo seja rigorosa teoricamente, mas acessível àqueles que estão começando nessa

jornada, ansiosos por uma perspectiva teórica e estratégica que possa dar um norte para uma práxis radicalmente transformadora. Fica claro também que o autor não se pretende o portador da última palavra, definitiva, sobre o que significa o conceito de materialismo histórico, algo impossível para uma forma teórica que é por definição histórica e uma construção coletiva.

Se ficará mais que satisfeito se esse pequeno escrito suscitar debates, dúvidas, questionamentos, que possam fomentar o diálogo teórico e estratégico dentro da esquerda, algo tão essencial para que enfrentemos os enormes desafios que o presente coloca para a classe trabalhadora.

A formulação da concepção materialista da história no contexto dos debates sobre a revolução alemã na década de 1840

Um dos pressupostos básicos do materialismo histórico é que toda construção teórico/ideológica é expressão de um determinado contexto histórico, dos conflitos sociais concretos que se dão naquele período, dentro de um nível específico de desenvolvimento das forças produtivas, num particular ambiente de embates teóricos, ideológicos, culturais.

E uma das riquezas fundamentais da concepção materialista da história é que ela aplica esse seu critério metodológico fundante para a compreensão de todas as formas ideológicas que se constituem ao longo da história, inclusive ela mesma; o materialismo histórico, assim, não é a descoberta de uma verdade absoluta, colocada ao lado ou acima da história, mas também uma forma historicamente determinada de compreensão da realidade, que surge e ganha vitalidade, capacidade de vivificar e ser fator

estimulante da ação transformadora de toda uma classe social, na medida em que expressa as contradições e conflitos de seu tempo, na busca por uma resposta progressiva que possibilite a superação dessas contradições específicas. Compreender, assim, o contexto de surgimento da concepção materialista da história é fundamental para que possamos entender seu sentido e significado.

A década de 1840 na Alemanha será o palco que se constituirá como pano de fundo para a construção dessa história; lugar de nascimento dos dois fundadores da nova concepção de mundo que está se forjando, a Alemanha se encontra em meio ao turbilhão de transformações que estão se dando na Europa, com a difusão e expansão de um novo modo de produção, capitalista, que está cortando pela raiz as antigas formas de relações sociais e construindo novas.

Nesse contexto, a Alemanha é um dos espaços mais atrasados do continente; enquanto seus vizinhos França e Inglaterra atravessaram grandes revoluções que transformaram profundamente o cenário político e econômico, não só internamente, mas tendo repercussões globais, os germânicos ainda convivem com resquícios importantes das velhas relações sociais, políticas e econômicas legadas pelo absolutismo. A falta de uma efetiva unidade nacional, a separação ainda da sociedade civil em estamentos e grupos fechados, o baixo desenvolvimento das forças produtivas, esses são só alguns dos aspectos que naquele momento impediam o pleno desenvolvimento das relações sociais burguesas em solo alemão.

Esse contexto colocava a necessidade do debate sobre os caminhos para a revolução burguesa no país (mesmo que os atores político/sociais não necessariamente tivessem total clareza do caráter da transformação ali necessária); a unificação nacional, o

fim dos privilégios estamentais, a formação de um mercado nacional unificado, eram só algumas das tarefas que se colocavam na ordem do dia para que a Alemanha passasse a ser efetivamente contemporânea de seu tempo, no confronto com os demais países da Europa, mais desenvolvidos.

Os debates sobre a necessidade de uma revolução alemã, no entanto, se davam dentro de um contexto cultural e ideológico marcado pela grande contribuição teórica dada pelos germânicos como forma de compreensão das transformações profundas que tinham acontecido na Europa com a revolução industrial e revolução francesa, que era o idealismo filosófico. Inaugurada com Emanuel Kant, e seguida por nomes como Fichte e Schelling, essa corrente de pensamento é um marco na história da filosofia e do pensamento humano em geral, pois, culminando em seu grande representante, G.W. Hegel, marca a introdução da reflexão sobre a historicidade das formas de compreensão do ser humano sobre sua realidade em toda sua profundidade.

Nesse sentido, a enorme influência que terá Hegel sobre a cultura alemã nesse período transcenderá sua morte em 1831; ainda na década de 1840 grande parte dos debates sobre os problemas da Alemanha será codificado e organizado a partir de lentes hegelianas, onde as formas históricas de expressão dos conflitos e contradições sociais são interpretadas como debates entre ideias, visões de mundo, formas ideológicas, que se defrontam no palco da história.

A morte do grande filósofo na década anterior tinha levado a uma cisão entre aqueles que se referenciam em seu pensamento, cisão que se baseava numa contradição fundamental de sua teoria: entre o caráter radical e transformador de seu conteúdo, a dialética, com sua agudeza crítica e revolucionária, e o caráter

conservador de sua construção como um sistema, onde o processo do pensamento, que reflete o processo histórico, tem um ponto culminante, de superação e conciliação das contradições (algo que se expressava em sua obra em sua *Filosofia do Direito*).

A esquerda hegeliana, ou os jovens hegelianos (ou seja, aqueles que reivindicavam o caráter crítico e radical contido na teoria do mestre) como Strauss, Bruno Bauer, Stiner, Feuerbach, buscavam, a partir dessa lente hegeliana, pensar as possibilidades de uma transformação radical na Alemanha, que rompesse com os antigos traços absolutistas ainda existentes no país e inaugurar um estado democrático, com liberdades políticas e sociais, como aqueles que existiam na França, na Inglaterra, nos EUA, como exemplos dos quais eram contemporâneos.

Contudo, a partir dessa perspectiva idealista, onde os embates sociais concretos aparecem centralmente como embates culturais e ideológicos, era impossível reconhecer quais as forças sociais efetivas que se colocavam em conflito, quais as tarefas fundamentais a serem resolvidas e como superá-las, quais são os atores sociais efetivamente interessados numa transformação progressiva, quais seus aliados, e quais são aqueles interessados na conservação do antigo estado de coisas. Ou seja, dentro dessa visão idealista de como se desenvolviam os conflitos sociais era impossível se ter uma visão clara e concreta do campo de batalha onde se davam os conflitos sociais em solo germânico naquele período.

E é nesse contexto que começarão a produzir teoricamente os jovens Karl Marx e Friedrich Engels; desde um primeiro momento se ligando ao movimento democrático-liberal que se gesta em solo germânico os jovens filósofos e revolucionários irão começar suas reflexões teóricas buscando entender como se

formam as forças sociais em disputa dentro daquele cenário, como forma de compreender as possibilidades de uma transformação progressiva.

Se num primeiro momento suas reflexões se dão no interior do idealismo filosófico influenciado pela esquerda hegeliana, e sua forma particular de historicismo, logo os dois revolucionários reconhecem os limites dessa forma de compreensão do processo histórico, e da formação das forças sociais que atuam sobre ele, para entender a necessidade de uma concepção de história que compreenda as raízes materiais, concretas, a partir das quais se erigem as forças sociais.

Se junta a isso o contato de ambos com as formas culturais/ideológicas que se expressam em contextos onde a sociedade burguesa é mais desenvolvida, como na França e na Inglaterra, onde os debates se dão em torno das formas mais desenvolvidas de organização política da comunidade, em solo francês (o que culmina no pensamento político e no socialismo francês) e nas formas mais produtivas e eficientes de criação da riqueza, na Inglaterra (o que leva ao desenvolvimento da economia política clássica no país), o que se sintetizará na obra dos dois autores, durante a década de 1840, nessa nova visão de mundo que será o materialismo histórico.

Vemos assim que essa nova visão de mundo, essa nova forma de compreensão do processo histórico, não surge como uma teoria pronta e acabada na cabeça de intelectuais acadêmicos trancados dentro de suas bibliotecas, que fora dos efetivos e concretos conflitos sociais desenvolveram uma nova e genial, a-historicamente verdadeira, compreensão da realidade; pelo contrário, o materialismo histórico, é fruto concreto dos embates sociais de seu tempo, e da necessidade de dar uma resposta progressiva a problemas

efetivos da realidade. Os que o formularam inicialmente, Marx e Engels, só puderam fazê-lo na medida em que se envolveram de forma profunda, apaixonada e militante, nas lutas e conflitos dos quais foram contemporâneos.

Os dois sentidos do materialismo histórico

Fator chave para se compreender o novo que se inaugura com a emergência da concepção materialista da história é que, diferente das concepções idealistas formuladas anteriormente, não são as ideias, a cultura, o “*espírito do tempo*” que determinam os seres humanos e suas ações coletivas, mas pelo contrário, são os seres humanos reais e concretos, ativos e historicamente atuantes, que formam e criam as ideias, a cultura, a ideologia, que é hegemônica e que predomina em determinado período histórico.

Se nas concepções idealistas do processo histórico que precederam e que foram posteriores ao materialismo histórico as ideias, a cultura, que predominam em determinado período parecem surgir e se desenvolver a partir de algum espaço místico, de uma dimensão etérea distinta das relações históricas e sociais estabelecidas na ação prática dos seres humanos concretos, é pressuposto fundamental do materialismo histórico que essas ideias expressam, refletem e projetam, as formas de compreensão ideais que os seres humanos constituem de suas ações efetivas.

Ou seja, não são as ideias e a cultura que constituem e formam os seres humanos (como se essas manifestações das ações humanas fossem sujeitos autônomos, independentes de seus criadores e que tivessem um poder místico sobre eles), mas pelo contrário, somos os seres humanos, em nossas ações concretas, na nossa prática efetiva, que constituímos e construímos ideias,

formas culturais, etc, que nos permitem compreender nossas próprias ações.

Por evidente o colocado acima não significa de forma alguma que as ideias e a cultura de um determinado período histórico não influenciem e sejam uma força concreta sobre os seres humanos que vivem e agem naquele período; é mais que claro que sim, as ideias, a cultura, de um tempo são um fator determinante da construção dos sujeitos sociais concretos e efetivos que agem e vivem naquele momento. Contudo, essa influência das ideias e da cultura de um tempo sobre os seres humanos reais que nele vivem não se dá como se essas fossem forças místicas, autônomas e independentes dos sujeitos sociais concretos que as construíram e fizeram emergir, mas como expressão da influência das formas de vida, das relações sociais passadas, precedentes, em relação àquelas que as sucedem.

A influência das ideias e da cultura de um tempo sobre os seres humanos que vivem e agem nele é, assim, expressão direta da influência dos seres humanos de um período histórico precedente sobre aqueles que os sucedem. Na medida que as ideias e a cultura são formas de cristalização e efetivação da ação concreta e real dos seres humanos em seu agir coletivo, a influência delas sobre os seres humanos que vivem num momento histórico é expressão direta da influência que nós seres humanos temos sobre nós mesmos.

Essa influência da cultura e das ideias sobre nosso agir é uma das expressões mais diretas do fato de que nós seres humanos agimos e nos moldamos dentro de nossas ações sociais e históricas, e não por uma simples determinação instintiva, biológica, ou seja, que nossas ações sociais e históricas no passado, que se

concretizaram e cristalizaram em determinadas formas de relações sociais, determinam e influenciam nosso presente e nosso futuro.

Esse princípio metodológico fundamental do materialismo histórico, de que os seres humanos em sua ação histórica concreta constituem e constroem determinada cultura e conjunto de ideias, e não o contrário, nos dá a chave, a base, para que possamos entender o processo histórico não como um fluxo místico, envolto numa névoa, onde uma forma de expressão cultural, um conjunto de ideias, dá lugar a outra, sem que exista sequer a aparência de uma relação, de um nexo, o que impede sequer a possibilidade de pensar a história como uma ciência.

Na medida que entendemos o processo histórico como expressão das ações concretas e reais que os seres humanos estabeleceram entre si e com a natureza, que todos os aspectos culturais e o conjunto de ideias que se expressam em um período são formas de cristalização e efetivação dessas relações reais e concretas, podemos passar a buscar compreender os nexos e regularidades que se estabelecem entre os diferentes momentos históricos.

As relações e interinfluências mútuas entre os diferentes períodos da história, entre o passado, o presente e o futuro, perdem sua aparência mística, seu véu de incompreensibilidade, para serem passíveis de serem apreendidas no pensamento; a história pode, a partir daí, se pretender uma efetiva ciência (tendo claro que em nenhuma ciência, nem nas mais “duras” ciências da natureza, sequer na física, o papel do conhecimento científico é a descoberta de uma suposta “verdade absoluta”, inexistente, mas uma compreensão aproximada historicamente da realidade objetiva, que existe independente do pesquisador, que seja um guia para a ação dos seres humanos em seu agir coletivo).

Se esse primeiro sentido do significado do materialismo histórico é importante de ser marcado, há uma segunda dimensão da definição do conceito que também é fundamental se ter em mente, quando pensamos essa teoria; a nova forma de materialismo que fundaram conjuntamente Marx e Engels é histórica, é um materialismo histórico, pois entende a si mesma como historicamente determinada, como sendo expressão ideal, teórica, de um determinado período da história, com suas relações concretas e reais entre os seres humanos e desses com o meio ambiente que os circunda, com seus conflitos, suas questões, suas paixões e forças sociais concretas. Nesse sentido, o materialismo histórico se diferencia tanto das concepções metafísicas que o precederam quanto das visões pós-modernas, onde prima um relativismo individualista, no mundo contemporâneo.

Se nas concepções metafísicas que marcaram a história do pensamento no ocidente o que se buscava era um método absoluto para a compreensão do agir humano, de uma essência de nosso ser que fosse válida para qualquer momento e situação, independente da história e das relações sociais concretas que nela se estabelecem, o materialismo histórico parte do pressuposto fundamental de que tudo no ser humano é histórico, que a essência do humano, aquilo de mais fundamental que faz de nós esse ser particular dentro da natureza, é nossa historicidade.

Para a concepção materialista da história não existe uma essência, não existem características, do ser humano que possam ser determinadas como formas a-históricas de nosso ser, verdades absolutas que tem validade em qualquer momento histórico, verdades válidas em qualquer conjuntura ou situação. Nós somos e nos fazemos dentro da história, e nesse sentido o que somos e como nos construímos em nosso agir coletivo é um fato histórico.

E como o próprio materialismo histórico é uma expressão da ação humana, é uma forma historicamente determinada de compreensão de nosso próprio agir, também ele é uma forma histórica dessa autocompreensão.

Também ela, também a concepção materialista da história, teve antecedentes que possibilitaram sua emergência e surgimento em determinado período da história (que se tentou resumir no ponto precedente), se estabeleceu como forma teórica mais desenvolvida de toda uma época histórica, o capitalismo, e será superada em uma etapa futura, onde as formas de agir, as paixões, as questões, dos seres humanos coletivos sejam distintas.

Essa concepção historicista que o materialismo histórico tem sobre todas as formas do agir humano, e inclusive sobre si mesmo, contudo, não deve levar a um relativismo individualista, subjetivista, que é uma marca das teorias dentro das ciências humanas no mundo contemporâneo. Problema fundamental dessas concepções individualistas, do relativismo subjetivista, onde não existem verdades coletivas, historicamente determinadas, nas formas de compreensão dos fenômenos reais que existem independentemente das teorias, é que elas nos impedem de compreender os problemas coletivos que enfrentamos conjuntamente, pois sequer a afirmação de sua existência objetiva fica impossibilitada.

Se levamos essas concepções a suas efetivas consequências lógicas (o que a maioria dos autores pós-modernos evita, mostrando certa superficialidade) é impossível compreender que objetivamente, independentemente de qualquer teoria ou forma de compreensão, de forma verdadeira, vivemos uma crise ecológica de enormes proporções, causada pela intervenção humana; que desde o começo do século passamos a viver um clima de confrontos geopolíticos, entre os estados nacionais, que recoloca na